

BRASIL

Ministro da Justiça institui Comitê para avaliar redução no tributo do cigarro **Secretaria da Conicq defende o funcionamento do Protocolo do tabaco Ilícito**

Uma portaria do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, criando um grupo de trabalho para avaliar “a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil”, foi criticada por parlamentares, profissionais de saúde e sociedade civil. Publicada no Diário Oficial da União, e assinada pelo ministro Sérgio Moro, a medida visa reduzir o consumo de cigarros contrabandeados no país.

No Senado, a medida foi desaprovada pelo ex-ministro da Saúde, José Serra (PSDB-SP), ao destacar que, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), morrem mais de 145 mil pessoas no Brasil todos os anos por doenças decorrentes do hábito de fumar.

O Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS), único a apoiar a medida, entende que o objetivo do governo é reduzir o preço de marcas de cigarro para que possam concorrer com o cigarro contrabandeado.

Para a Secretaria-Executiva da Conicq, Tânia Cavalcante, a providência correta seria a aplicação do protocolo de cooperação internacional para combater o contrabando de cigarros, ratificado pelo Congresso Nacional, e promulgado pelo presidente, que estabeleceu seus órgãos integrantes ano passado, e que está aguardando a Casa Civil para começar a funcionar.

Cavalcante observa que o momento é ideal para colocar em prática medidas necessárias para coibir o comércio ilegal. O Paraguai, que por anos não mostrou interesse em participar de ações conjuntas, atualmente se mostra empenhado em combater o mercado ilegal de cigarros e já iniciou a tramitação para ratificação desse protocolo no seu parlamento. A mudança se dá sobretudo numa reação ao aumento da participação de facções criminosas na atividade naquele país. O mesmo ocorre no Brasil.

Fonte: Isto É – Edição: SE-Conicq

<https://istoe.com.br/criacao-de-grupo-que-discute-imposto-do-cigarro-e-criticada-dentro-do-governo/>